



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- ETP Nº 007/2026/SMOPU -

- Implantação de subestação transformadora trifásica -

- Mercado Municipal de Jataí -

JATAÍ – GO
2026



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Área e responsável pela requisição	7
---	---

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores investidos pela fonte de recurso	13
---	----

SUMÁRIO

REFERÊNCIA.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.....	5
3. ÁREA REQUISITANTE	7
4. DA DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	7
4.1. Do parcelamento da solução.....	8
4.2. Da participação de consórcios ou empresas estrangeiras.....	8
4.3. Da subcontratação.....	9
5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO	9
5.1. Da execução indireta	9
5.2. Da execução direta	11
6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	11
6.1. Estimativa das quantidades	12
7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	12
8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.....	12
9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO	13
10. RESULTADOS PRETENDIDOS	13
11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS	15
12. IMPACTOS AMBIENTAIS	15
13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	15

REFERÊNCIA

Processo Administrativo de referência
14923/2026

Documento de Formalização da Demanda
DFD nº 012/2026/SMOPU

Demandante

Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano

Objeto proposto

Contratação de uma empresa especializada do ramo de engenharia elétrica para execução dos serviços de implantação de subestação transformadora trifásica de 112,5 kVA, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e todos os serviços necessários à instalação, montagem, interligação e comissionamento do sistema elétrico destinado ao Mercado Municipal de Jataí, conforme memorial descritivo, projetos técnicos e demais documentos que compõem o processo.

1. INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, prevê que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação da solução que atenderá à necessidade apresentada no Documento de Formalização de Demanda.

Todavia, o objetivo principal do documento ora apresentado é estudar se a alternativa proposta nos projetos (peças técnicas de engenharia) possui robustez mínima para atender à necessidade e identificar se a solução escolhida é a mais viável para suprir a necessidade, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Destarte, a Secretaria de Obras e Planejamento Urbano do Município de Jataí - SMOPU, apresenta o **Estudo Técnico Preliminar nº 007/2026/SMOPU**, que discutirá sobre implantação de uma subestação Transformadora Trifásica de 112,5 kVA para atender o Mercado Municipal,

estabelecimento comercial situado na Rua José Manoel Vilela, esquina com a Avenida Brasil, Setor Central, na cidade de Jataí – GO.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Mercado Municipal constitui equipamento público estratégico voltado à organização do comércio local, fortalecimento da economia urbana e geração de oportunidades de trabalho e renda, abrigando diversas unidades comerciais destinadas à comercialização de produtos e prestação de serviços à população.

Entretanto, para garantir condições adequadas e seguras de funcionamento do empreendimento, faz-se necessária a implantação de infraestrutura elétrica compatível com a carga demandada pelo equipamento público, uma vez que o funcionamento simultâneo das unidades comerciais, sistemas de iluminação, equipamentos de refrigeração, climatização e demais instalações elétricas exige fornecimento de energia estável, seguro e dimensionado conforme critérios técnicos de engenharia elétrica.

Nesse contexto, foi elaborado projeto técnico específico para implantação de Subestação Transformadora Trifásica de 112,5 kVA, dimensionada para atender à demanda energética do empreendimento, bem como à estrutura de medição destinada a até 18 unidades consumidoras, permitindo a distribuição individualizada de energia elétrica às unidades comerciais instaladas no Mercado Municipal.

O projeto foi submetido à análise da concessionária de energia elétrica Equatorial Energia Goiás, tendo sido emitido Laudo de Conformidade Técnica, no qual se atesta que o projeto apresentado atende às especificações técnicas e normativas da distribuidora, condição necessária para futura conexão ao sistema elétrico da concessionária.

Adicionalmente, a análise técnica da concessionária considera carga solicitada compatível com 112,5 kVA, evidenciando a necessidade de implantação de infraestrutura elétrica adequada para atendimento ao empreendimento, em conformidade com os parâmetros técnicos aplicáveis ao sistema de distribuição de energia elétrica.

Do ponto de vista da gestão pública, a inexistência de infraestrutura elétrica compatível com a carga prevista pode comprometer o funcionamento adequado do Mercado Municipal, ocasionando, entre outros impactos:

- instabilidade no fornecimento de energia elétrica;
- sobrecarga nas instalações elétricas;
- riscos à segurança das instalações e dos usuários;
- limitações operacionais para o funcionamento das unidades comerciais;
- prejuízos à utilização adequada do equipamento público.

Dessa forma, a implantação da subestação elétrica configura infraestrutura necessária para adequar o funcionamento do Mercado Municipal, garantindo que o equipamento público opere em conformidade com os requisitos técnicos e de segurança aplicáveis às instalações elétricas.

Sob a perspectiva do interesse público, a presente contratação se justifica por:

- adequar as condições de funcionamento do Mercado Municipal;
- garantir fornecimento de energia elétrica estável, seguro e contínuo;
- assegurar funcionamento regular das unidades comerciais instaladas no empreendimento;
- fomentar o comércio local e estimular a geração de emprego e renda;
- contribuir para a organização e qualificação do espaço urbano;
- assegurar conformidade das instalações elétricas com normas técnicas da ABNT, regulamentações da concessionária de energia elétrica e requisitos de segurança em instalações elétricas.

Registra-se, ainda, que a presente necessidade decorre de análise técnica realizada pela Administração Municipal, materializada por meio de documentos técnicos que compõem o processo administrativo, tais como projeto elétrico, memorial descritivo, laudo de conformidade técnica emitido pela concessionária de energia elétrica e estimativas preliminares de custo. Esses elementos evidenciam que a solução proposta encontra respaldo em critérios técnicos e no

planejamento da infraestrutura necessária ao adequado funcionamento do Mercado Municipal, atendendo às diretrizes da fase preparatória da contratação previstas na Lei nº 14.133/2021.

Assim, evidencia-se que a implantação da subestação elétrica constitui medida necessária para adequação da infraestrutura elétrica do equipamento público, garantindo condições adequadas de operação e atendimento à população.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano	Cantimiro Melo Martins

Quadro 1 - Área e responsável pela requisição

4. DA DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A futura contratada deverá atender a todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira, os quais serão devidamente especificados no Projeto Básico e nos demais documentos integrantes do processo licitatório. Além disso, as obras e serviços de engenharia deverão ser executados em conformidade com os princípios da sustentabilidade ambiental, observando-se, sempre que aplicável, práticas construtivas sustentáveis, uso racional de recursos naturais e destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil.

A empresa contratada deverá ser legalmente constituída, com objeto social compatível com a natureza do serviço, ou seja, pertencente ao ramo de engenharia elétrica, e possuir registro ativo junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou outro conselho profissional competente. Deverá, ainda, contar com profissional habilitado, engenheiro eletricitista legalmente habilitado, que assuma a responsabilidade técnica pela obra/serviço de engenharia e possua acervo técnico compatível com os serviços a serem executados, devidamente registrado no sistema nacional do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA/CREA.

A execução da obra/serviço de engenharia deverá observar rigorosamente as especificações técnicas constantes nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros, bem como as diretrizes e parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

4.1. Do parcelamento da solução

Considerando a natureza da intervenção — implantação de Subestação Transformadora Trifásica de 112,5 kVA — não se vislumbra viabilidade técnica ou vantagem administrativa na sua divisão em lotes ou etapas distintas para fins de contratação. Embora os serviços envolvam fases executivas sucessivas, as mesmas são interdependentes, ou seja, estas etapas compõem um conjunto técnico coeso, que deve ser executado de forma integrada, a fim de garantir continuidade, qualidade técnica, economicidade e funcionalidade dos serviços.

Ademais, a contratação de um único executor para todas as etapas permite a centralização da responsabilidade técnica, maior controle de prazos e custos, e evita incompatibilidades entre contratados distintos, o que seria prejudicial à adequada entrega do objeto. Ressalta-se que, mesmo sendo possível a subcontratação pontual de serviços específicos por empresas especializadas, esta ficará sob a responsabilidade da contratada principal, conforme permitido pela legislação vigente.

Assim, tecnicamente não se justifica o parcelamento da solução ou a divisão da obra/serviço de engenharia em múltiplos contratos ou lotes, sendo mais adequada e eficiente sua licitação em item/lote único, assegurando, assim, a execução integral dos serviços sob coordenação e responsabilidade de um único contratado.

4.2. Da participação de consórcios ou empresas estrangeiras

Entende-se que, para o tipo de obra/ serviço de engenharia deste Estudo, **não seja necessário nem oportuno a permissão de participação de empresas constituídas na forma de consórcio.**

De fato, a execução de subestação envolve serviços de engenharia elétrica, onde a qualificação técnica profissional e técnica operacional exigida é comum entre as empresas deste ramo, sendo que a maioria, mesmo as de pequeno porte, apresentam o acervo solicitado, conforme já averiguado em procedimentos licitatórios anteriores.

Para os itens que demandem a utilização de equipamentos ou mão de obra diferenciados para a execução, será permitida a subcontratação parcial.

Quanto à questão de capacidade financeira, entende-se que a contratação é de custo pequeno, não havendo maiores necessidades de junção de esforços econômicos ou operacionais para sua perfeita execução.

Dessa forma, entende-se que a vedação à participação de consórcio não diminuirá a competitividade do certame, visto que a formação de consórcios tem como finalidade suprir os itens de habilitação exigidos no edital que normalmente uma empresa isolada não seria capaz de atender, situação que não identificamos nesse caso.

Ao contrário do esperado, a formação de consórcio poderia restringir a competitividade do certame, reunindo empresas que poderiam prestar o serviço de forma isolada, reduzindo assim o número de participantes do certame.

Não há previsão, também, de participação de empresas estrangeiras para o objeto.

4.3. Da subcontratação

Será permitida a subcontratação de serviços específicos, desde que não comprometa a unidade construtiva da obra/serviço de engenharia, nem que gere a perda do poder fiscalizatório do Município, tampouco que descumpra qualquer previsão descrita nas peças que compõe a fase preparatória da licitação.

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Da execução indireta

Conforme versa o Art. 37, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988, tem-se, *in verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;” (grifo próprio)

Infere-se do disposto acima que a terceirização de atividades-fim no setor público é inconstitucional, haja vista a leitura da Constituição, com ressalva nos grifos próprios.

Não obstante, para fins de conclusões, é necessário valer-se do Art. 10, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, *in verbis*:

“Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

[...]

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

§ 8º A aplicação desse critério está condicionada, em qualquer caso, aos ditames do interesse público e às conveniências da segurança nacional.” (grifo próprio)

Portanto, conforme averigua-se do disposto na Constituição, a execução dos serviços necessários à implantação de Subestação Transformadora Trifásica de 112,5 kVA no Mercado Municipal, à medida que não se caracteriza como uma atividade-fim da Administração Pública – já que tais atividades reservam-se aos serviços: que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da

entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal – e consoante ao que dispõe o Decreto-Lei em comento, **pode ser considerada objeto de execução indireta.**

Vale salientar que esse documento não contradiz entendimentos e/ou decisões de outras instancias, valendo-se aqui do exemplo em que o Supremo Tribunal de Justiça, em julgamento realizado no mês de junho de 2020, entendeu como constitucional a terceirização da atividade-fim, o qual salienta, inclusive, que os critérios de atividade-fim e atividade-meio não encontram mais guarida na realidade atual.

Consoante ao que foi dito anteriormente, a **empreitada da obra/ serviço de engenharia (execução indireta)**, ou seja, quando é **executada por uma empresa contratada**, mostra-se **viável**, pois garante maior produtividade e melhor uso dos recursos, haja vista a possibilidade de exigências de Atestados para comprovação da capacidade e experiência técnica e operacional da futura contratada, em virtude de caucionar a atuação da empresa no ramo almejado.

5.2. Da execução direta

Norteando-se pelo que foi dito no item 5.1, a execução direta do objeto almejado torna-se inviável, mormente porque a sua natureza técnica, que envolve a implantação de Subestação Transformadora Trifásica de 112,5 kVA, demanda conhecimentos e mão de obra com alta especialização, competências das quais a Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano não dispõe em seu quadro funcional. Soma-se a isso o fato de que o quadro de servidores existente, além de não possuir tal especialização, já é limitado e encontra-se alocado para atender a outras demandas da referida Secretaria que são inviáveis à terceirização, em razão da simplicidade da execução e da economia de escala.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Entende-se, a partir do que se perquiriu, que a solução que melhor atenderá às necessidades postas é de fato a contratação de uma empresa especializada do ramo de

engenharia elétrica para realizar a implantação de Subestação Transformadora Trifásica de 112,5 kVA, destinada ao atendimento da demanda de energia elétrica do Mercado Municipal de Jataí/GO, localizado na Rua José Manoel Vilela, esquina com a Avenida Brasil, Setor Central, incluso todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a instalação, conforme especificações do memorial descritivo e projeto anexos.

6.1. Estimativa das quantidades

O presente estudo apoia-se na documentação técnica de engenharia específica, como Memorial Descritivo, Memorial de Cálculo, Planilha Orçamentária, BDI e Projetos Complementares, nos quais todos os serviços previstos estão discriminados e devidamente quantificados, os quais poderão ser analisados pela(s) licitante(s). Assim, as quantidades almejadas nesse certame poderão ser averiguadas nos documentos supramencionados, os quais estarão apenas aos autos.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado¹ para o certame é da ordem de **R\$ 95.716,09 (noventa e cinco mil, setecentos e dezesseis reais e nove centavos)**, nos termos das planilhas orçamentárias que estarão apenas aos autos, baseados nas tabelas SINAPI, SBC, ORSE, AGETOP e EMOP.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes, no momento, que possam influenciar ou impactar de maneira restritiva a execução do futuro contrato.

¹A estimativa de valor da contratação realizada nos ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. Essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade/aceitabilidade da proposta, a qual deverá estar contida no Termo de Referência/ Projeto Básico.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Como o Município não elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) em data prevista por regulamentação, a presente licitação deverá ser realizada sem esta previsão, devido ao princípio da continuidade dos serviços públicos, os quais não podem ser interrompidos em virtude da ausência do PCA.

De toda sorte, este serviço está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, conforme se infere do Quadro de Detalhamento da Despesa, que será melhor detalhado em fase específica do processo licitatório pelas Diretorias de Contabilidade e Tesouraria.

Segue abaixo o detalhamento do valor investido pelas respectivas fontes de recursos com base no valor preliminarmente estimado para a contratação:

Valores e Fonte de recurso	
Obra/ serviço de engenharia	Recurso
Município de Jataí	R\$ 95.716,09

Tabela 1 - Valores investidos pela fonte de recurso

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços visa alcançar os seguintes resultados em termos de eficiência administrativa e economicidade e atendimento ao interesse público:

- a) Implantação de infraestrutura elétrica adequada:** Implantar Subestação Transformadora Trifásica de 112,5 kVA, devidamente dimensionada para atender a demanda energética do Mercado Municipal, assegurando o fornecimento de energia elétrica compatível com as necessidades operacionais do empreendimento.

- b) Garantia de segurança das instalações elétricas:** Assegurar maior segurança operacional das instalações elétricas por meio da implantação de sistemas de proteção, aterramento e dispositivos de segurança elétrica, reduzindo riscos de falhas, sobrecargas e acidentes.
- c) Atendimento às normas técnicas e regulatórias:** Garantir que a infraestrutura elétrica seja executada em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com os padrões exigidos pela concessionária de energia elétrica, possibilitando a regularização da ligação definitiva do empreendimento.
- d) Estruturação da distribuição de energia para as unidades comerciais:** Viabilizar a distribuição adequada de energia elétrica para o centro de medição destinado ao atendimento das unidades comerciais do Mercado Municipal, permitindo a individualização do consumo energético.
- e) Execução da obra dentro do prazo planejado:** Executar os serviços previstos no prazo estimado, conforme planejamento físico-financeiro elaborado para a obra.
- f) Uso eficiente dos recursos públicos:** Realizar a implantação da infraestrutura elétrica com base em orçamento estimado elaborado a partir de composições de custos referenciais utilizadas pela Administração Pública, garantindo economicidade e adequada aplicação dos recursos públicos.

Ao término da execução contratual, espera-se que o Mercado Municipal disponha de infraestrutura elétrica plenamente implantada, tecnicamente adequada, segura e regularizada, permitindo o fornecimento estável de energia elétrica e assegurando condições operacionais para o funcionamento das unidades comerciais instaladas no equipamento público.

Dessa forma, a contratação contribuirá para a melhoria da infraestrutura urbana do Município e para o fortalecimento das atividades econômicas locais, em consonância com os objetivos de desenvolvimento urbano e atendimento ao interesse público.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A SMOPU já está devidamente capacitada para a futura gestão e fiscalização contratual, não havendo maiores providências a serem tomadas para cumprimento do futuro contrato, havendo já estrutura necessária na Secretaria para todas as providências necessárias.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Ante a Resolução CONAMA nº 237/1997, não é possível determinar claramente a obrigatoriedade do licenciamento ambiental frente o serviço em tela.

Dos possíveis impactos ambientais, destaca-se principalmente o descarte de resíduos sólidos provenientes da execução do serviço. Portanto, conforme explanada, trata-se de obra/serviço de engenharia que visa a adequação do sistema elétrico no Mercado Municipal, **devendo haver a consulta aos órgãos ambientais competentes e a consequente emissão de licença ambiental prévia ou manifestação ambiental prévia, nos termos do art. 7º, inciso I da Instrução Normativa nº 009/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO)².**

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares demonstram que a solução ora descrita, ou seja, a contratação de uma empresa especializada do ramo de engenharia elétrica para realizar a implantação de Subestação Transformadora Trifásica de 112,5 kVA destinada ao atendimento elétrico do Mercado Municipal de Jataí-GO, localizado na Rua José Manoel Vilela, esquina com a Avenida

² IN nº 009/2023 TCMGO, Art. 7º A documentação a ser produzida pelo órgão contratante na instrução da fase preparatória dos processos de licitação deverá ser composta do seguinte: [...] V - licença ambiental prévia ou manifestação ambiental prévia, quando cabíveis, antes da divulgação do edital, conforme § 4º do art. 115 da LLC: a) na contratação de obras e serviços de engenharia em que não há exigência legal de licença ou manifestação ambiental prévia, estas deverão ser substituídas por documento emitido por profissional devidamente habilitado, que declare essa condição; b) caso a Administração preveja, em edital, ser de responsabilidade do contratado a obtenção do licenciamento ambiental (inciso I do § 5º do art. 25 da LLC), deverá ser apresentada justificativa técnica, emitida por profissional devidamente habilitado, que demonstre ser vantajosa a decisão.

Brasil, no Setor Central, incluso todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários, conforme especificações do memorial descritivo e projetos anexos, é plenamente viável do ponto de vista técnico, operacional e orçamentário, estando adequado à necessidade da demanda administrativa.

Ante ao exposto, **declara-se viável** proceder com a instauração do procedimento licitatório em comento, haja vista todas as ponderações, ressalvas e conclusões postas durante o estudo, visto que se trata de um objeto de grande importância para o desenvolvimento do município de Jataí.

Jataí, 16 de março de 2026.

Responsável pelo estudo da viabilidade técnica:

ANDREA GOMES DOS SANTOS BORGES MACARINI

Superintendente de Obras
Eng.^a Civil - CREA 10795D -GO